

FACULDADE DE DIREITO DO PARANÁ

THESE

**Concurso para Professor Cathedratico
de Direito Industrial e Legislação do Trabalho**

Carlos Frederico Beltrão Pernetta

Advogado

**Docente Livre de Direito Commercial
da Faculdade de Direito do Paraná**

1 9 3 6

CURITIBA

THESE

UNIVERSIDADE DO PARANÁ

REITORIA

Registrado às fls. 28 do livro próprio.
sob n.º 550

Curitiba, 6 de julho de 1948.

M. P. G. Ramos

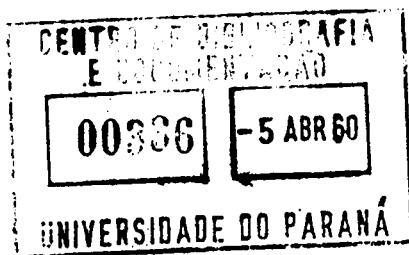
Secretaria Geral.

p/

BIBLIOTECA CENTRAL
DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ
Nº 418
EM 3-3-1951

BC/MUFPR - MEMORIA DA UNIVERSIDADE F. DO PARANA
AUTOR
R\$ 10.00 - Doacao
Termo No. 265/03 Registro: 347,923
02/09/2003

UFPR - Sistema de Bibliotecas



I

A principio, individual; após, restricto ao ambito domestico; para sujeitar-se, então, a uma ascendencia militar, de todo em todo necessaria ao progresso da humanidade; o Trabalho paulatinamente evolve á phase definitiva do proletariado livre.

Por outro lado, a necessidade de conservar e dirigir o acervo material da sociedade trouxe, em consequencia, a apropriação individual. Dahi os dirigentes e os executores, o capitalista e o trabalhador, o patronato e o proletariado.

Decorrendo do Trabalho, o Capital com elle necessariamente coopera. Apresenta-se,



desde logo, o problema. Emancipado o trabalho, carecia novamente trazel-o a contribuir com o Capital na produção da Riqueza.

Approximam-se, assim, um ao outro pelo contracto de direito commum. O regime do salario foi considerado como meio capaz e unico de solver o problema, restabelecendo, ao mesmo tempo, a harmonia entre as forças productivas da sociedade.

Tal liberdade de convencionar redundou, como éra de acontecer, numa injustiça flagrante: patrão e operario, frente a frente, em igualdade de condições como partes contrahentes.

Assim é que, inspirados pelas idéas reformistas do Socialismo, os governos procuraram sanar essa falta juridico-social, intervindo directamente, por meio de leis especiaes, capazes de conciliar, com os justos interesses da sociedade, as reivindicações innegaveis da classe trabalhista.

Do começo do seculo passado datam os primordios dessa legislação. Entretanto, o character verdadeiramente systematico dos seus principios, como a autonomia do Direito Operario em relação ao direito commum, têm-se delineado, mais e mais, após a grande guerra.

Essa autonomia, muitos ha que a contestam, reconhecendo, tão sómente, a existencia de uma legislação protectora. A par com essa legislação, e attendendo ao fim primordialmente visado de conferir ao contracto de trabalho um aspecto inteiramente novo, capaz de enquadrar nos limites do justo e do equitativo os direitos e liberdades do individuo, mister faz-se reconhecer, oonstituiu-se um organismo independente, formado sob a unidade de principios caracteristicos e, sob a luz da experiencia, estudado, systematisado e consagrado.

«O Direito Operario», disse-o Cardarelli Bringas, «tienne, como los otros, todos los attributos necesarios para ser una ciencia juridica, disciplinada e organica».

* * *

Influenciado pelo espirito renovador dos seus principios, o novo Direito, estabeleceu o definitivo conceito de Salario, pautando-o conforme ao fim social a attingir. Considerou a existencia, na sociedade moderna, da classe proletaria, seus deveres e necessidades. Reconheceu a possibilidade e urgencia de assegurar ao trabalhador uma retri-

buição justa ao esforço laborioso e ás condições de vida. Dentre seus fundamentos, creou, desse modo, o salario minimo.

«Le payement aux travailleurs d'un salaire leur assurant un niveau de vie convenable tel qu'on le comprend dans leur temps et dans leur pays».

É a formula aconselhada no Tratado de Versalhes.

«Salario minimo», define a lei 185 de 14 de janeiro de 1936, «é a remuneração devida ao trabalhador adulto por dia normal de serviço». E em seu artigo 1.º: «Todo trabalhador tem direito, em pagamento do serviço prestado, a um salario minimo capaz de satisfazer, em determinada região do Paiz e em determinada época, ás suas necessidades normaes de alimentação, habitação, vestuario, hygiene e transporte». Discorrendo sobre a Constituição Federal Mexicana de 31 de janeiro de 1917 escreve Francisco Alexandre :

«O salario minimo a que terá direito o trabalhador será o que se

considere sufficiente, attendendo ás condições de cada região, para satisfazer ás necessidades normaes da vida do operario, sua educação e seus prazeres honestos, considerando-o como chefe de familia». (Estudos de Legislação Social, pag. 62).

E Cardarelli Bringas :

«La necesidad de proteger al obrero de las extralimitaciones y abusos del patrón, el deber social de resguardar su existencia asegurándole una renta que pueda subvenir los apremios de su vida, la pacificación y armonia de las relaciones entre el patrón y el obrero etc., son las bases capitales que defiendem esta theoria».

(Derecho Industrial y Obrero, pags. 55 e 56).

* * *

O salario minimo tem sido realizado por uma das duas fórmás de intervenção: directa ou indirecta, ou por ambas.

A intervenção indirecta ou institue clausulas sobre o salario nos contractos de adjudicação de serviços publicos, ou implanta o seguro social, ou, finalmente, outorga, á parte lesada, o direito de rescindir o contracto. A intervenção directa faz-se sentir, já actuando os poderes publicos ou manifestando-se as leis.

A Grã-Bretanha, das nações européas, foi a primeira a adoptar o salario minimo. A lei de 20 de outubro de 1909 instituiu o salario minimo nas manufacturas de roupas e mais tarde, em 1912 e 1917 estendeu essa medida ao trabalho nas minas de hulha e na agricultura. Segue-se a França, com a lei de 10 de julho de 1915, applicavel ao trabalho a domicilio. Entre as nações dos demais continentes, a Australia occupa, no que respeita á legislação operaria, lugar de verdadeiro realce. Quanto ao salario minimo, adopta dois systemas, ambos intervencionistas directos: o primeiro confiando a um comité de salarios (Wages boards) a fixação do minimo de pagamento, o segundo, outorgando esse mistér a uma côrte de arbitrage.

No que respeita ao Brasil, temos no decreto 21761 de 23 de agosto de 1932, que

constitue a Convenção Collectiva do Trabalho, a salvaguarda do salario deixada aos syndicatos profissionaes e aos contractos collectivos de trabalho em geral.

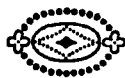
«As convenções collectivas devem conter obrigatoriamente:

- a)
- b)
- c) . . . a fixação dos salarios ou ordenados é a fórmula do seu pagamento. . .» etc.

A Constituição de 34 colloca igualmente, nos preceitos que a Legislação do trabalho deverá obedecer, o «salario minimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, ás necessidades normaes do trabalhador.» Representa o primeiro passo á realização deste principio, a lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936.

Apreciado sob o aspecto theorico, o salario minimo é, sem duvida, medida capital para a organização do trabalho na sociedade hodierna. Multiplas as suas faces. Sem numero os problemas a abordar. Difficulto-

sas as soluções. E, antes de mais nada, merece considerada a complexidade de que se reveste perante a heterogênea formação physico-social brasileira.



II

Sobre horas de trabalho, duas são, igualmente as opiniões doutrinarias reflectidas nas legislações modernas: uma abstencionista, outra intervencionista. Se a primeira quer estribar-se na liberdade de trabalho, a segunda, arguindo de ficticia tal liberdade, considera as necessidades e deveres de ordem pratica, intellectual e moral de que se não póde subtrahir a existencia proletaria.

«La jornada y el salario han sido los puntos principales de la legislacion que constituye el derecho obrero». (Alberto Cardarelli Brin-

gas — Derecho Industrial y Obrero, pag. 77).

A duração do trabalho, entre os diferentes povos, obedece, as mais das vezes, ao criterio das oito horas diarias ou quarenta e oito horas semanaes.

Na Conferencia de Washington discutiu-se a conveniencia de ser adoptado o maximo de oito horas diarias ou o limite de quarenta e oito horas por semana. A Commis-são Organizadora da Conferencia propoz fosse acceito o principio das quarenta e oito horas semanaes, por isso que, maior clastidade deixava-se á distribuição das horas de trabalho, permittindo, ainda, o meio dia ou dia inteiro de fêria. Objectou-se, emtanto, que a duração diaria excedente de oito horas éra inutil á producção e prejudicial ao trabalhador. A Convenção adoptou as oito horas diarias e quarenta e oito horas semanaes, com excepções, não ultrapassando nunca, em um periodo de trez semanas, pelo menos, de cincoenta e seis horas por semana. Abordou, ainda, a questão das horas supplementares, justificadas, assim pelas condições

da industria, como pelo fim de accelerar ou augmentar os productos.

A nossa Constituição preceituou o «trabalho diario não excedente de oito horas, reduziveis, mas só prorogaveis nos casos previstos em lei», além do repouso hebdomadario e férias remuneradas.

Os decretos 21.186 de 22 de março de 1932 e 22.033 de 29 de outubro do mesmo anno e decreto 21.364 de 4 de maio tambem do mesmo anno regulam, respectivamente, o horario para o trabalho no commercio e nas industrias. Quanto ao trabalho industrial, o artigo 1.º do referido decreto 21.364 determina:

«A duração normal do trabalho diurno do empregado em estabelecimentos industriaes de qualquer natureza, será de oito horas ou quarenta e oito horas semanaes, de maneira que a cada periodo de seis dias de occupação corresponda um dia de descanso obrigatorio».

E o artigo 2.º concede ao numero de horas aquella elasticidade defendida pela Com-



missão Organizadora da Conferencia de Washington:

«Sem augmento da taxa do salario, as quarenta e oito horas de occupação effectiva, estabelecidas no artigo 1.º, poderão ser distribuidas de modo diverso do alli prescripto, mas sempre dentro daquelle total e nunca excedendo de dez horas diarias».

Diz o artigo 1.º do decreto 22.033, sobre o trabalho no commercio:

«A duração normal do trabalho effectivo dos empregados em estabelecimento commercial ou secções de estabelecimentos commerciaes ou escriptorios commerciaes, será de oito horas diarias ou quarenta e oito horas semanaes de trabalho diurno ou nocturno, correspondendo a cada seis dias de trabalho effectivo um dia de descanso obrigatorio».

E o § unico do artigo 3.º:

«A duração normal do trabalho poderá ser elevada a 10 horas diárias, devendo, porém, ultrapassar o limite de quarenta e oito horas semanaes».

Ambos os decretos prevêm casos exceptionaes e regulam os dias e horas de descanso.

O trabalho nocturno industrial não deverá exceder de sete horas, salvo no caso de industrias continuas ou de regulamentos especiaes expedidos pelo Ministro do Trabalho, Industria e Commercio. A hora de trabalho nocturno no commercio é computada como de 52' e 30".

* * *

«Los cuatro ochos (ocho horas de trabajo, ocho de sueño, ocho de ocio y ocho pesetas de jornal)», diz o Professor J. M. Alvarez, «fueron constante aspiración de la classe proletaria». (Derecho obrero, pagina 196).

O delegado operario norte-americano

Gompers, debatendo na Conferencia de Washington a these das oito horas de trabalho, trouxe como argumento, em resposta ás objecções patronaes, o facto demonstrado de não diminuir a producção o limitar racional das horas de trabalho. Das objecções pró e contra taes argumentos, todas incidiam, primordialmente, no que se referia ao augmento ou diminuição dos productos. Emtanto, a necessidade indiscutivel de limitar as horas de serviço diz respeito antes ao trabalhador, como elemento social, que ao produzir da riqueza. Se este maior ou menor produzir póde acarretar maior ou menor somma de vantagens ao instituto limitativo, dahi não vae que se lhe deva reconhecer como factor máximo a producção.

A medida é social.

Desfeito o preconceito economico, com elle e pela acção parallela, adoptada criteriosamente na legislação trabalhista, desfaz-se, do mesmo modo, a argumentação dos casos excepçionaes.



III

Traçando, em linhas finaes de sua obra — El Trabajo —, a complexidade do problema proletario, Garriguet descreve nestes termos a magna questão :

«La materia que hemos tratado es delicada en extremo, y muy complejos los problemas que queriamos resolver. Habia que reivindicar los derechos de los obreros, sin atentar a los de los patronos; dar al trabajo la porción de beneficios que le corresponden, sin quitar al capital nada de lo que le per-

tenece; conciliar intereses que parecen excluirse; deshacer errores que han durado mucho, con detrimento de la causa de la justicia; buscar al justo medio entre opiniones extremas que por mucho tiempo han dividido el mundo y que son igualmente inaceptables, por que son igualmente falsas, aunque consideradas desde puntos de vista muy diferentes».

A capital importancia dos factores que encerra o problema trabalhista, concede-lhe, no conjunto da questão social, esse lugar de realce inconfundível.

Discursando no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, disse o Sr. Salgado Filho, ex-Ministro do Trabalho:

«O Direito, como expressão de garantia da ordem social, não podia ser sonegado a um conjunto de relações da vida humana — as que ligam empregadores a empregados, sem uma grave ameaça, permanente, á propria segurança publica».

(Publicado no Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Comcio, n.º 23 (julho) pag. 73).

E o Professor Carlos Saavedra Lamas, accentuando mais ainda a magnitude da questão e ressaltando as suas linhas principais :

«Hay que hacer penetrar cada vez más, en nuestra difusa consciencia colectiva, que un país solo se engradece, cuando dá más descanso, más seguridad y más amparo a los trabajadores, que engedran su progreso. Que cuanto más se conozcan en nuestras classes sociales, los postulados a que responde esta legislación, se reconocerá la necesidad de legislarlos, con prudencia y medida y con respeto reciproco, a los intereses transcendentales que deben tratar de conciliar».

(Prologo á obra citada de Bringas).

No que toca ás relações normaes do Tra-

balho, *salario* e *tempo de serviço*, constituem os principaes pontos sobre que repousa a possibilidade de conciliar. E, na verdade, como temos visto, o problema está em conciliar forças apparentemente antagonicas.

«A existencia social, como mostrou Aristoteles», escreve o Professor Alfredo Severo, «repousa ao mesmo tempo, na divisão dos officios (independencia) e na convergencia dos esforços (concurso). É este um facto natural a que nenhuma sociedade humana, por mais rudimentar, jamais se forrou. Desde que exista luta entre as classes isto é signal de que ha resistencia á convergencia dos esforços, e de que ha attrito no concurso necessario. Essa resistencia é devida, não á propria natureza da actividade industrial, que tudo tem a lucrar com o concurso expontaneo, mas aos entraves que o egoismo dos seus serventuarios oppõe ao livre funcionamento das mesmas.

O erro todo está em suppor que

o concurso suppõe antagonismo, quando o que ha é composição de forças convergentes, e, portanto, não antagonicas», etc.

(As falsas bases do Communismo Russo, pags. 238 e 239).

Sobre as classes patronal e proletaria, ponderou Araujo Castro :

«Entre ellas, não deve haver antagonismos. Ao contrario, tudo aconselha a necessidade de serem conciliados os respectivos interesses, a bem da prosperidade de ambas, da coexistencia social e do desenvolvimento economico do paiz».

(Accidentes do Trabalho — 4.^a edição — V e VI).

A these defendida no Congresso de Washington e hoje de todos reconhecida como verdadeira, consoante a qual limitar racionalmente o tempo de trabalho não implica em produzir menos, senão em produzir mais e melhor, combinada com a possibilidade de

fixar um salario minimo e estipular um salario variavel, taes medidas, concedem um caracter inteiramente positivo ao ideal trabalhista de augmento de ganho com limitação de tempo de labor.

Sobre taes relações, devem manter, ainda, salario e duração de serviço, uma necessaria coexistencia e proporcionalidade, sem o que trahir-se-á o escopo de cada qual dos institutos.

«Limitar as horas de trabalho sem fixar o salario minimo, é um engodo para o operario».

(Trabalhos da Commissão Especial de Legislação Social — 3.º vol. pag. 169 — Parecer sobre Hygiene e Segurança do Trabalho e Industria a Domicilio — Relator Carlos Penafiel).

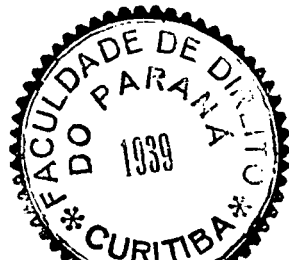
O decreto 22.033 de 29 de outubro de 1932, ao qual já nos referimos paginas atraz, contem, em seu artigo 44.º, a seguinte disposição, visando a garantia desse equilibrio indispensavel:

«A redução das horas de trabalho não poderá em caso algum ser motivo determinante da redução de salario».

O Novo Direito, attendendo a essas relações, tem por escopo conjugar as forças praticas da humanidade, coordenando-as e harmonizando-as. Ao capitalista, concede-lhe a colaboração do Trabalho, sofrendo-lhe o egoismo, a ambição e a prepotencia, não raro, desfigurantes do seu poder directivo. Ao trabalhador, permite a sua incorporação á vida social; outorgando-lhe as justas aspirações; reprimindo, pela organização que proporciona, o egoismo de classe; e pelas garantias materiaes instituidas, permittindo a digna existencia a que aspira.

* * *

O desenvolvimento industrial operado nos tempos modernos, acarreta para a sociedade o imprescindivel organizar dos factores do producção. Capital e Trabalho transfiguram-se no incessante progresso dos novos meios e na tendencia ao aproveitamento total dos elementos naturaes.



«Dans une société civilisée et inventive, le travail est en voie d'organisation et de réorganisation constante, se pliant spontanément aux combinaisons et aux méthodes les plus diverses, et unissant de plus en plus la complexité dans l'ensemble avec la simplicité dans les cas particuliers».

(Leroy Beaulieu-Précis d'Économie Politique — pag. 68).

E F. Coccito, citado por Araujo Castro, fundamenta, com sua autoridade as premissas que estabelecemos:

«Lo sviluppo dell'attività industriale é uno dei caratteri speciali del moderno progresso.

(Commento alla legge degli infortuni sul lavoro — pag. 2).

Esse industrialismo que Spencer affirmou ser um dos característicos dos tempos

actuaes e que M. Coucelle Seneuil collocou no quadro em que resume o ideal moderno ou scientifico em antagonismo com o ideal antigo da guerra como fim da actividade humana, esse industrialismo crescente determinou a gradual autonomia de uma nova disciplina: o Direito Industrial, destinado a regular o mecanismo atravez o qual manifesta-se e alcança seu fim o complexo phenomeno da producção industrial.

«L'applicazione della grande industria, specialmente nella seconda metà del secolo scorso, ne é stata la conseguenza piú directa. ed ha de terminato, a sua volta, una nuova organizzazione del lavoro, L'adozione di congegni meccanici sempre piú potenti e complicati; l'applicazione di nuovi processi chimici; l'agglomerazione, che ne é la conseguenza, di operai lavoranti assieme, e collectivamente, per cosi dire in vaste officine, trasformando fine ad un certo punto i caratteri del lavoro manuale, hanno creato fra operai ed industriali rapporti ed esigen-

ze di nuovo ordine, ed hanno dato origine, nello stesso tempo, a numerosi problemi difficili e complicati che preoccupavano l'industriale, l'economista, il sociologo, il legislatore, e che reclamavano soluzione pronta ed efficace».

(F. Coccito — Idem, ibidem).

Se, na realidade, a producção industrial antecede ao commercio, da necessidade constante de amplial-o e facilitar-o é que resulta a organização dos meios productivos.

«L'industria quindi», observa o Professor Gaetano Finocchiaro, «si isola lentamente dal commercio a mano a mano che l'azienda industriale l'autonomia capace di farla apprezzare a sé».

(Systema di Diritto Industriale
— vol. I, pag. 10).

O Professor Descartes de Magalhães já affirmava:

«Acontece, ainda, determinada pelas modernas condições de vida, e pelas suas imperiosas necessidades, se accentua, dia a dia, a formação de um novo ramo, que tende a se desenvolver ao lado daquelles. É o direito industrial, que muito bem caracterizado já se manifesta em alguns paizes».

(Curso de Direito Commercial — vol. I, pag. 115).

Determinado o objecto que o Direito Industrial disciplina e acceita a materia industrial como abrangendo «tutti i rapporti pertinenti in modo diretto o indiretto alla organizzazione ed al miglioramento della produzione» (Gaetano Finocchiaro — op. cit. pag. 4), ha que considerar os principios do Direito Operario, indispensaveis ao mais perfeito aproveitamento e coordenação dos factores productivos.

«Il fenomeno sociale della tutela del lavoratore», affirma ainda o Professor Finocchiaro, «si é imposto per la sua grandiosità all'at-

tenzione degli studiosi, assumendo nella sistemazione del diritto industriale, una importanza assorbente».

E essa importancia crescente dos principios e dos institutos que o Novo Direito infiltrava nas relações disciplinadas pelo Direito Industrial, já notára-a Carvalho de Mendonça (J. X.) quando escreveu .

«Hontem o capital dominava o trabalho ; hoje, o operariado organizou-se, fortificou-se e enfrentou as exigencias do capital, trazendo-lhe a insegurança. Como quer que seja, dahi se originam embaraços á producção. Quando se conseguir a conciliação dessas duas forças, quem nos dirá que, ao invés de um direito industrial, surgirá um direito do trabalho?»

(Tratado de Direito Commercial Brasileiro, — vol. I, pag. 43).



IV

Estudados aquelles principios que reconhecem a necessidade da instituição de um salario minimo e de um limite de tempo de trabalho, verificada a possibilidade de realis-os praticamente e apreciada a influencia que taes medidas representam no conjuncto da organização industrial da sociedade moderna, podemos estabelecer como verdadeira a proposição:

O salario minimo e o limite do tempo de serviço devem manter, entre si, um justo equilibrio capaz de, assegurando, em seus

**aspectos normaes, a existencia
do trabalhador, concorrer funda-
mentalmente, para a organização
Industrial da sociedade moderna.**



Oficinas Graficas
«A CRUZADA»
Rua de S. Francisco, 332
Curitiba